

### **Cidade e sociedade: o olhar sociológico no caleidoscópio das cidades**

A oportunidade de apresentar um dossiê sobre o tema “Cidade e Sociedade” para a nossa revista *Sociedade e Estado* é um excelente momento para uma visão – mesmo que parcial – dos rumos que tomam neste momento os textos sociológicos que têm na cidade os seus objetos. Para a organização do número, fizemos apelo a diferentes intelectuais que se ocupam do fenômeno urbano em nossos centros de pós-graduação, deixando-os livres para exporem o que lhes conviesse, guardada a natureza deste dossiê. Dos vários trabalhos recebidos e que foram submetidos aos nossos pareceristas alguns enfoques apontam para as novas perspectivas de tratamento da questão social em nossas cidades. Vejamos brevemente alguns deles.

De início, salta aos olhos a contínua investigação que se faz na academia, especialmente nas Ciências Sociais, sobre os rumos que as sociedades urbanas vêm tomando nestes últimos tempos. A razão é sem dúvida pela tendência geral de urbanização das populações em diferentes contextos societários, trazendo uma estreita relação entre Sociologia e Sociologia Urbana. Sendo o lugar da mudança por excelência, o espaço social da cidade é o palco das grandes transformações sociais em curso. Trata-se de fenômenos que, muitas vezes imperceptíveis a um primeiro e fugaz olhar, chamam a atenção do pesquisador, pois estão refletindo processos profundos de modificação nas modalidades de vínculos sociais nos tempos contemporâneos.

Os autores aqui presentes, com liberdade de escolha do tema, apresentaram textos que detêm uma certa coerência e homogeneidade. A decodificação do cotidiano, que nada mais é do que a ultrapassagem da visão do senso comum para uma outra perspectiva de ler e entender a realidade feita pelos acadêmicos da questão urbana, mostra-nos um espaço social com especificidades. Assim, de maneira recorrente entre eles, constata-se a ênfase na dimensão violenta das nossas cidades, fenômeno este que tem peso nos atuais processos urbanos. Seja o enfoque de Luiz Cesar Queiróz Ribeiro, Luiz Antonio Machado da Silva e Márcia Pereira Leite, ou mesmo Robert Moses Pechman e Eliana Kuster, de maneira absolutamente inesperada (porque não programada) todos dão a esta dimensão uma influência exponencial na explicação da lógica dos vínculos sociais nas cidades. Tudo se passa como se nas nossas metrópoles algo tivesse saído do controle dos códigos éticos e morais e segmentos importantes de pessoas, ou mesmo indivíduos isolados, tentam, de forma desorganizada e confusa, recriar um cotidiano onde a convivência próxima de um outro, o viver em proximidade, se tornasse um ato de reinvenção diária.

Essa coincidência entre os autores não é gratuita. Ela reflete a realidade contraditória de um processo de modernização que, em se implantando, não vem criando condições e relações particulares onde o respeito ao próximo calcado em valores éticos seja predominante. Entre a heterogênea realidade socioespacial da metrópole, mostrada por Ribeiro, ou a insistência em retirar das mazelas da vida nas favelas um fio de esperança, apontada por Machado e Leite, ou mesmo a solidão desesperada de áreas urbanas em processo de deterioração acelerada, onde o isolamento encontra sua coerência na elevada dose de individualismo, apontada por Pechman e Kuster, o cenário social mostrado das metrópoles brasileiras tem elevadas doses de tragicidade.

Curiosamente, o lugar ocupado pelos famosos déficits nas condições de vida de massas urbanas é tratado apenas como cenário. Acostumamo-nos com esse ar de inacabado que caracteriza as

nossas periferias urbanas, algo em eterno processo de construção, um ambiente físico que envelhece antes mesmo de ficar pronto, que permite ao *flaneur* tropical meio deslocado, atento ao virar a esquina, uma atitude defensiva na cidade e contra ela. Nesse sentido, fica evidente que as pesquisas que precisam ser feitas sobre a disposição dos elementos do quadro urbano, em estreita ligação com as sensações que eles provocam, exigem hipóteses arrojadas que convém corrigir constantemente à luz da experiência, pela crítica e pela autocrítica. Conforme se deduz da leitura desses três textos, o que está sendo priorizado nas análises é o impacto do crescimento urbano sobre as mentalidades, nas relações, nos vínculos sociais.

A figura do indivíduo *blasé* de Simmel, onde a esfera objetiva da vida se sobrepõe àquela subjetiva e faz com que todos os indivíduos metropolitanos atuem mais com o cérebro do que com o coração, parece ter encontrado quase um contexto ideal. Só que, entre nós, essa objetividade, essa racionalidade na ação se mistura com a ausência de suportes que lhe dê sustentação. O Estado, essa abstração real, que deveria garantir as condições de existência de grupos e interesses diversos, é mais um ente ausente do que presente. É como se ele não conseguisse atender às expectativas materiais e simbólicas das camadas populacionais urbanas, para garantir a lógica racional. O resultado é uma população movendo-se em meandros de uma racionalidade que não é transformada em senso comum, portanto uma racionalidade incompreensível, um projeto de modernidade inacabado, produtor de individualidades, deixando escapar o senso do coletivo. Ribeiro, Machado e Leite expõem esses processos.

Talvez a literatura consiga como ninguém dar conta dessa realidade, radicalizando-a e expondo suas vísceras, como mostra o artigo de Pechman e Kuster. A maneira como ela traduz essa realidade, tendo a cidade como fundo, tal qual num filme, nos aparece aqui longe de uma ficção: é uma realidade palpável, nos é familiar, nos reconhecemos ali. Temos a evidência de que falar de ambientes urbanos é falar de algo íntimo em que somos agentes e

atores. Nessa leitura, somos levados de forma dialética a perceber as especificidades da metrópole, mas, ao invés de particularizá-la, tentamos colocá-la como uma das manifestações socioculturais do processo geral de urbanização brasileira.

O texto de Nunes levanta um outro aspecto que merece referência. A cidade tratada como o espaço por excelência do consumo é problematizada a partir das práticas de um segmento jovem de áreas periféricas de nossas metrópoles. Há uma procura em entender como, apesar de estarmos envolvidos numa cultura onde o valor das coisas se mede pelo seu preço, ainda há dimensões na vida onde os bens trocados não se fazem via moeda ou equivalentes. A possibilidade de que ainda haja lugar para que outras modalidades de vínculo possam se manifestar, sobretudo aquelas vividas como rejeição do interesse, do cálculo egoísta, apesar do contexto de elevada dose de individualismo, é tratada a partir do recorte geracional. Mostra-se aí o grau de tensão entre valores simbólicos fundantes (família, religião, por exemplo) e os apelos à aparência, ao consumo que seduz os jovens em nossas áreas urbanas. Comprova-se, mais uma vez, a característica do ambiente urbano como lugar de mudança, onde os estímulos diversos são absorvidos pelos indivíduos e grupos sociais segundo critérios muitas vezes imprevistos.

Este panorama crítico se complementa com a outra face da moeda. A lógica do capital imobiliário que “*faz e destrói coisas belas*” é apresentada no artigo de Norma Lacerda. Partindo de uma indagação geral sobre a restauração de sítios urbanos, a autora questiona se os chamados projetos de reabilitação em curso no Brasil (Pelourinho, Bairro do Recife, dentre outros) estariam de fato reabilitando o patrimônio das cidades, ou apenas se inserindo na tendência de *city marketing*.

A intervenção no Bairro do Recife, aprovada institucionalmente por órgãos oficiais de proteção do patrimônio histórico de nossas cidades, é aqui submetida a uma análise fina e precisa, mostrando que o Bairro mudou de um lugar de encontro para um espaço de trânsito e fluxos. O que é original na abordagem

de Lacerda é a sua ênfase na *legitimidade espacial*, cujos fatores determinantes estariam vinculados ao reconhecimento daquilo que a autora chama de *permanências estruturais*, aquelas estruturas urbanas mais resistentes à transformação e que mais contribuem para a consolidação da memória coletiva. Nesse sentido, as ações que vão de encontro às *permanências estruturais* poderiam causar uma ruptura ou descontinuidade da identidade espacial, fato que compromete o que a autora chama de legitimidade espacial, sendo esta a que poderia falar sobre a pertinência de ações desenvolvidas no território. Esse argumento fica melhor explicitado utilizando a citação que Lacerda retoma de Sylvia Ostrowetsky e que tomamos a liberdade de reproduzir aqui:

Dizer que o espaço é uma dimensão constitutiva da sociedade, é considerar o espaço não somente como suporte técnico de uma atividade ou como suporte simbólico de uma organização, não somente como produto ou meio, mas tudo de uma vez como psique e como materialidade. O espaço é, além do discurso teórico e prático que o define, dimensão constitutiva do social. O social, ao inverso, é dimensão constitutiva do espaço.

Este dossiê “Cidade e Sociedade” procura assim dar conta de algumas das infundáveis dimensões sociológicas que podem ser tratadas quando temos um território urbano, uma cidade, como objeto. Esperamos que suscite inquietações intelectuais.

## **Bibliografia**

Ostrowetsky, Sylvia. *L'imaginaire Batisseur*. Paris, Méridiens-Klimcksieck, 1983.

*Brasilmar Ferreira Nunes*  
(Organizador)